



## **A ABORDAGEM EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SITUADA NO MUNICÍPIO DE ARACATI-CE**

Tiego da Silva Cruz; Maryland Bessa Pereira Maia

*Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ); E-mail: tiego.cruz@fvj.br;  
Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ); E-mail: mary.bessa@fvj.br*

**Resumo:** O estudo objetivou analisar e refletir sobre a abordagem em diversidade sexual e de gênero através dos instrumentos de gestão, enfatizando a importância da escola enquanto locus privilegiado para a discussão em diversidade sexual e humana. A pesquisa abordou a relevância da reflexão sobre diversidade sexual e de gênero nos espaços institucionais de ensino, tomando como base o documento central da escola, o Projeto Político Pedagógico, possibilitando a compreensão do espaço escolar como local de (des) acolhimento das diversidades. Realizou-se também análise documental do Projeto Político Pedagógico – PPP de uma escola estadual de educação profissional localizada na cidade de Aracati, Ceará, que revelou-se um instrumento de gestão preocupado quase que exclusivamente com a profissionalização de jovens e que faz apologia a uma “cultura aceita socialmente”. Por fim, o estudo possibilita importantes reflexões sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, realizando um diálogo interessante entre a análise documental e a bibliografia utilizada que contem as obras de Dias e De Oliveira (2015), Araújo e Carmago (2012), Bortolini (2011), Junqueira (2009) e Louro (2004).

**Palavras-chave:** Diversidade sexual, diversidade de gênero, Projeto Político Pedagógico, instrumentos de gestão.

### **INTRODUÇÃO**

A escola contemporânea tem descoberto e vivenciado as mais diferentes formas de aprendizagem e de ensino mediante o desenvolvimento das sociedades, o que compete dizer que estas têm buscado, necessariamente, novos horizontes e concepções acerca das funções que lhes competem.

Nas últimas décadas, as temáticas e problemáticas educacionais têm sido bastante discutidas em conferências, reuniões e demais eventos, e, com ênfase nos últimos anos, assuntos da atualidade têm sido inseridos nestes debates, levando em consideração, principalmente, as necessidades do público *acolhido* pelas instituições de ensino: o alunado.

Estes novos temas abordados pela escola atual compreendem desde as necessidades educativas especiais – NEE – às questões correlacionadas ao racismo, preconceito, bullying, homofobia, transfobia, dentre outros, pontuando sempre o papel das instituições com relação ao desenvolvimento das aprendizagens por parte dos alunos e alunas no que diz respeito ao espaço de



acolhimento de todos independente de suas condições/expressões/orientações afetivas, sociais, econômicas, sexuais e de gênero.

Em 2014 e 2015 houve frequentes discussões no âmbito nacional e internacional no que se diz respeito ao desenvolvimento da educação e da importância/influência da escola no processo de promoção da equidade social, tendo em vista o grande crescimento também dos debates na área, além do expressante número de ocorrências com relação à violência verbal e física em decorrência da homo/lesbo/transfobia.

Pensar, então, a escola como instrumento de promoção da igualdade de direitos, do respeito e da equidade através do desenvolvimento de uma educação que aborde sexualidade, gênero e diversidade, faz surgir indagações como: de que modo(s) a escola, através do grupo gestor, compreende a discussão sobre diversidade sexual e de gênero? Qual(is) instrumento(s) educacionais/de gestão possibilitam o desenvolvimento dessa abordagem no âmbito institucional de ensino? Qual a representação desses tópicos num instrumento de gestão escolar, como por exemplo, o Projeto Político Pedagógico – PPP, partindo do pressuposto de que tal documento norteia os processos de ensino e de aprendizagem da escola?

Mediante o exposto, o estudo teve como objetivos averiguar e refletir sobre a abordagem em diversidade sexual e de gênero numa escola estadual de educação profissional, situada na cidade de Aracati/CE, através do Projeto Político Pedagógico – PPP. A pesquisa trouxe a reflexão sobre a importância de a escola abordar essas temáticas emergentes no processo de formação dos alunos, bem como analisou a influência dessa abordagem sobre a prática docente.

A produção do estudo foi baseada em fundamentos teóricos, assim como também buscou referências em publicações que compreendam a temática em questão. Realizou-se análise documental do PPP da instituição, para que se pudesse compreender de que forma as temáticas em questão são abordadas no processo educacional e realizou-se, em seguida, um diálogo entre os pressupostos no documento com os autores abordados.

Para fins de referenciação teórica, foram tomados como principais aportes os estudos e pesquisas de Araújo e Camargo (2012), Dias & De Oliveira (2015), Dinis (2008), Bortolini (2011), Ferreira (2013), Rodrigues e Barreto (2013) e Ribeiro (2012), no sentido de trazer para a pesquisa apontamentos e informações consistentes aos pontos questionados na pesquisa.



## **DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: (DES)ACOLHIMENTOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

*A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA et al., 2009, p. 15).*

O fenômeno educativo escolarizado é um processo sistematizado que envolve várias dimensões da aprendizagem no sentido de promover o desenvolvimento integral do alunado seja em aspectos cognitivos, físicos, éticos ou morais, o que atribui à escola significativo papel social.

No objetivo de formar para o exercício da cidadania, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996, p. 11), a escola precisa compreender-se enquanto espaço social de formação para tal capacidade, levando em consideração o sentido amplo que remete a palavra cidadania, fomentando a aprendizagem dos alunos com relação ao respeito à diversidade sexual e de gênero seja no ambiente escolar, seja nos ambientes externos a tal.

Compreender o espaço escolar, então, como lugar de acolhimento das diversidades, é pensar a escola como uma ferramenta de promoção da equidade social, considerando que os temas diversidade sexual e diversidade de gênero são temas *novos* e que há ainda estranheza do corpo docente para lidar com estes.

A escola precisa reconhecer-se como um lócus privilegiado para a promoção da pluralidade das identidades e das diversidades no sentido de realizar junto aos processos de ensino e de aprendizagem a formação para a cidadania, compreendendo as *novas* demandas sociais no que diz respeito às competências éticas e morais.

Para tanto, precisa estar respaldada mediante a existência de instrumentos de gestão que objetivem promover a igualdade social através da prática docente exercida no ambiente escolar, mediando a aprendizagem dos alunos e alunas com base nos conceitos e na importância da diversidade humana em suas vertentes.

A escola precisa pensar nos processos de interação que ocorrem em seu ambiente externo (BORTOLINI, 2011, p. 28), refletindo sobre a coexistência de culturas e diversidades plurais que precisam ser compreendidas nesse espaço como importantes à formação de todos os alunos e donas



também de direitos como o tratamento igualitário, objetivando a promoção da aceitação de que diferenças existem, mas que devem ser respeitadas em todos os eixos sociais.

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é um direito de todas e todos e que o Estado deve garantir o acesso e a permanência de todos no processo escolar (Art. 6º), o que se contradiz com os dados apresentados em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE que mostram que 37,9% do total da evasão escolar masculina está relacionado à reprodução social baseada na masculinidade e heteronormatividade.

Esta percepção revela, então, a escola como um espaço de desacolhimento, quando se coloca dentro desse ambiente normas e rótulos preestabelecidos no que se refere à sexo, sexualidade, gênero e papéis sociais. Para Knaut, Terto Jr. e Pocahy apud Brasil (2007),

[...] é preciso entender em que medida a escola brasileira se configura em um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no interior e em torno da qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT, tanto estudantes quanto profissionais da educação. Em pesquisa realizada durante a VIII Parada Livre de Porto Alegre, em 2004, a escola comparece em primeiro lugar, entre sete situações indicadas, como espaço de discriminação contra LGTB. Cerca de 40% de jovens entre 15 e 21 anos indicaram discriminação por parte de professores e colegas (p. 27).

É possível perceber o reflexo dessa condição a qual a escola submete esses sujeitos através de análise às menções feitas à área da educação nos percentuais obtidos em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Rosa-Luxemburg-Stiftung, em junho de 2008, sobre diversidade sexual e homofobia no Brasil, que questiona entre os dados de sua pesquisa quais as principais áreas em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil.

A pesquisa realizada soma 2.014 sujeitos entrevistados divididos em 1.012 na sub-amostra A e 1.002 na sub-amostra B, que retrata também o desconhecimento dos sujeitos sobre programas e políticas LGBT nos mais diversos âmbitos de prestação de serviço no Brasil, que inclui também profissionais da área da educação, o que pode ser considerado como forte indicador da escola como espaço de desacolhimento e intolerância às diversidades sexuais e de gênero.

De acordo com a pesquisa, 30% dos entrevistados apontam a área da Educação como principal campo em que os governos poderiam atuar primeiro para combater a discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais. A questão da pesquisa, pergunta também qual a segunda área principal e, somando a porcentagem das duas opções, a área Educação soma 51% das menções entre os entrevistados, o que revela o campo educacional como forte ferramenta no combate à discriminação e homofobia.



Outro ponto também abordado na mesma pesquisa questiona sobre qual a principal ação a ser adotada para combater a discriminação contra LGBT na área da Educação, o qual revela a “qualificação de professores para gerenciar conflitos entre alunos, relacionados à diversidade sexual, homofobia e transfobia” em primeiro lugar.

Subentende-se, logo, que a formação dos professores também é essencial nesse processo de mediação dos conflitos internos da escola, o que, possivelmente, pode refletir nos conflitos externos, considerando que a educação intraescolar é exteriorizada pelo alunado em suas práticas sociais.

Esses indicadores se dão ao fato de que

As políticas educacionais sobre sexualidade têm se restringido à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva. Ao se falar em diversidade sexual é importante situar questões relativas a gênero e sexualidade no terreno dos direitos humanos. Isso favorece o reconhecimento da legitimidade de suas múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidades e práticas, bem como a promoção de políticas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades a todos indivíduos e grupos discriminados em face de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou expressão de gênero (BRASIL, 2007, p. 27).

No que tende a discussão, entende-se que as políticas educacionais envolvidas à sexualidade se restringem à dimensões básicas do conhecimento na área a partir do momento que percebe-se também no âmbito político legislativo o impedimento de que a discussão sobre sexualidade aborde também os temas diversidade sexual e de gênero seja realizado nos ambientes escolares.

A Câmara Municipal de Vereadores de Fortaleza, em 2015, por exemplo, rejeitou trechos do projeto do Plano Municipal de Educação – PME que faziam referência à diversidade sexual e à homofobia. Em sessão sobre, a Câmara aprovou, por 25 votos a dez, duas emendas que retiraram do PME a abordagem sobre essas temáticas.

Dentre as colocações do texto original, havia no PME a intenção de incluir na formação de profissionais da educação “conteúdos que contribuam para a pacificação de diálogos, a superação de preconceitos, discriminações, violências sexistas e homofóbias no ambiente escolar” (FILGUEIRAS, 2015).

Tem-se, então, diversas vertentes negativas no que se diz respeito ao desenvolvimento de uma educação promotora da igualdade e do respeito entre todos e todas que vai desde o plano legislativo ao ambiente escolar. O que presencia-se são escolas reprodutoras das normas incubidas cultural e historicamente na sociedade, assim como governantes e representantes que perpetuam essa realidade através do impedimento de ações governamentais que objetivam a equidade social nos mais diversos eixos, inclusive na área educacional.



Tais impedimentos distanciam, também, a gestão escolar de instrumentalizar objetivos e ações que viabilizem o respeito e igualdade às pluralidades e diversidades que compõem o universo escolar, refletindo também sobre a prática pedagógica que segue os dizeres dos instrumentos de gestão no cotidiano da sala de aula.

Ao contrário, espera-se da escola um posicionamento acolhedor, mesmo diante de tais impedimentos e impossibilidades, que reflita na permanência e continuidade de indivíduos que historicamente vivenciam em seu processo de escolarização a vitimização através da “pedagogia do insulto” (SULLIVAN, 1996, p. 15 apud JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

Do mesmo modo, espera-se também

[...] que uma prática educativa de enfrentamento das desigualdades e valorização da diversidade vá além, seja capaz de promover diálogos, a convivência e o engajamento na promoção da igualdade. Não se trata, simplesmente, de desenvolver metodologias para trabalhar a diversidade e tampouco com “os diversos”. É, antes de tudo, rever as relações que se dão no ambiente escolar na perspectiva do respeito à diversidade e de construção da igualdade, contribuindo para a superação das assimetrias nas relações entre homens e mulheres, entre negros/as e brancos/as, entre brancos/as e indígenas entre homossexuais e heterossexuais e para a qualidade da educação para todos e todas (BRASIL, 2009, p. 34).

A escola – e quando fala-se escola, fala-se de gestores, educadores, alunos, pais e comunidade escolar – precisa sair de sua zona de conforto e parar de reproduzir a normatividade cega tradicionalmente associada ao processo de formação de cidadãos e cidadãs, assim como também distanciar-se desse processo mecanizado de perpetuação do preconceito e da homofobia, assumindo, de fato, a responsabilidade em promover a equidade social.

Esse trabalho requer da comunidade escolar muito mais que um instrumento de gestão, como os projetos políticos pedagógicos ou currículos escolares ou até mesmo os PME – Planos Municipais de Educação, tornando-se essencial para a desconstrução desses mecanismos de (re)produção de desigualdades e relações de forças, a postura dos sujeitos que compõem a instituição (JUNQUEIRA, 2009, p. 35).

## **METODOLOGIA**

Na busca de dialogar entre teoria e prática, realizou-se pesquisa de campo através de uma análise documental (GIL, 2002) ao Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de educação profissional, buscando compreender de que forma o documento de gestão escolar permeia entre a prática docente através de seus objetivos e se há ligação destes com as temáticas diversidade sexual e de gênero.



A escola de ensino profissionalizante, localizada no município de Aracati, estado do Ceará, pertence a rede estadual pública de ensino e integra, desde sua fundação, em 2009, à rede profissional de ensino do Estado do Ceará, e oferta atualmente os cursos de Informática, Hospedagem, Enfermagem e Comércio, atendendo um total de 445 alunos em horário integral.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Além da violência física, o preconceito e a discriminação contra a população LGBT são responsáveis por restringir-lhes os mais básicos direitos de cidadania, além do direito à livre expressão afetivo-sexual e de identidade de gênero, com forte impacto em suas trajetórias formativas educacionais (HUMAN WATCH, 2001 apud BRASIL, 2007, p. 27).*

Diante da análise ao Projeto Político Pedagógico – PPP, elaborado em 2015, da instituição visitada, foi possível perceber a pertinente marca de um ensino voltado para o mercado de trabalho, onde são elencados objetivos intimamente ligados a uma formação profissionalizante, desconsiderando, em alguns pontos, aspectos essenciais à formação dos discentes.

O documento é gerido com características fortes de uma educação profissionalizante, preocupada com a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a qual visa a profissionalização de adolescentes através de quatro cursos de Nível Técnico – Informática, Hospedagem, Enfermagem e Comércio – juntamente ao desenvolvimento do Ensino Médio.

No PPP, então, não há objetivos, orientações ou indicações sobre o trabalho com relação à diversidade sexual e de gênero através da práxis docente. O documento apresenta poucos pontos que enlaçam a promoção da cidadania, respeito, valores atitudinais e boa conduta. Aspectos estes que de algum modo podem interferir no respeito às diversidades sexual e de gênero, mas que, no entanto, não garantem a discussão sobre estas temáticas no contexto escolar.

Afirmando as perspectivas de valorização da profissionalização de seus alunos, o documento expõe que a visão da instituição é “ser um centro estadual de excelência no ensino da educação profissional<sup>1</sup>, da **promoção à cidadania** e à pesquisa científica” (p. 8, grifos meus), enquanto a missão é “garantir a educação profissional articulada ao ensino médio que assegure o desenvolvimento humano, acadêmico e a inserção no mundo do trabalho” (p. 8).

Entre os valores, elenca-se o respeito, mas no sentido de ter “cuidado no trato com as pessoas para evitar desgastes emocionais” (p. 9). Nos demais, encontra-se ética e justiça, os quais

---

<sup>1</sup> O ensino voltado para a educação profissional foi instituído em 2008 no estado do Ceará, durante o governo de Cid Gomes, implantado inicialmente com 25 unidades escolares (AMARAL e SILVA, 2014, p. 1189-1190).



estariam próximos ao debate aqui presente, mas que ainda assim não permeiam a discussão desejada.

A única vez em que a palavra “diversidade” é citada no sentido mais próximo da discussão, ocorre no trecho sobre a metodologia desenvolvida no contexto da escola profissional que segue:

A metodologia será desenvolvida de forma que o professor seja o mediador na interação dos alunos com o objeto de conhecimento, proporcionando-lhes situações em que irão exercitar a autonomia, **diversidade**, interação, cooperação e disponibilidade para a aprendizagem, além da organização do tempo e espaço, seleção de material, com atividades previamente organizadas (p. 11, grifo meu).

No entanto, não há uma ligação do termo “diversidade” com pontos específicos como sexualidade e gênero, temáticas abordadas neste estudo, o que revela desprendimento da instituição no sentido de promover essa discussão em seu espaço. Não que o fato da não presença desses tópicos no PPP impeça que o núcleo gestor ou o corpo docente trabalhe estas questões no cotidiano escolar, mas o documento, no entanto, não rege a necessidade dessa discussão na sala de aula e nas atividades realizadas no espaço da escola visitada.

Finalizando a análise do Projeto Político Pedagógico da EEEP Professora Elsa Maria Porto Costa Lima, segue trecho que, absurdamente, se configura como discriminatório no sentido de promover a reprodução daquilo que uma sociedade supostamente aceita:

É no ambiente escolar onde são fortemente vivenciadas as contradições presentes na sociedade. A escola existe para **reproduzir valores e integrar as novas gerações na cultura aceita socialmente**, mas esta mesma escola também tem o papel fundamental de formar cidadãos aptos a superarem e transformarem o meio social onde vivem na busca da construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária (p. 7, grifos meus).

Pergunta-se, então, o que o documento procura designar com “reproduzir valores” e “integrar as novas gerações na cultura aceita socialmente”. Questiona-se sobre que valores são estes. Será que estão interligados com a “cultura aceita socialmente”? E o que entende-se sobre essa cultura aceita pela sociedade?

São questionáveis estes pontos, considerando que a sociedade comumente aceita as posições heteronormativas, discriminando aquilo que lhe parece “anormal”, como, por exemplo, as variáveis sexualidades e os diversos gêneros, tão presentes em nosso meio e que merecem respeito e desígnio de direitos iguais, inclusive, e porque não principalmente, no eixo educacional, norteador da formação cidadã e integral do homem social, considerando que

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria (LOURO, 2004, p. 27).

E não somente o currículo, mas também os projetos políticos pedagógicos e demais instrumentos de gestão que estão, como citado por Louro (2004) preocupados com uma educação para *a maioria* e não *para todos*.

Dando continuidade a esta linha de pensamento, enfatiza-se a necessidade da discussão sobre diversidade sexual e de gênero, já elencada no tópico anterior, através dos documentos e ferramentas que subsidiam o trabalho docente, sejam os instrumentos de gestão, como Currículo Escolar e PPP, sejam as formações para educadores executadas pelos núcleos pedagógicos escolares e de secretarias municipais e estaduais de educação. No entanto, o que vemos é a ideia destacada no trecho a seguir:

Infelizmente, o que temos presenciado ao longo dos anos é uma ausência em nossos currículos escolares referente à temática homossexual ou sobre questões diversas relacionadas às (homo)sexualidades, como se nossos alunos fossem todos heterossexuais e se adequassem perfeitamente às práticas discursivas e de (não) subjetivação, praticamente impostas por uma sociedade patriarcal e falocêntrica (ARAÚJO e CAMARGO, 2012, p. 105).

Sociedade esta que está mistificada à base normativa, machista e heterossexista, onde mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, *queers*<sup>2</sup>, transexuais, travestis e transgêneros não merecem ocupar os espaços sociais e que há dominância de indivíduos cisgêneros do sexo masculino.

A introdução das temáticas como cultura, multiculturalismo, corpo, diversidade de gênero e sexual, desigualdade, equidade, diferença, classe, relações étnicas, geração nos currículos formais escolares, na gestão escolar e no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino pode desenvolver uma prática pedagógica mais tolerante às diferenças. Como esses são os definidores do processo de ensino, das práticas escolares, do papel dos/as docentes e da própria função de educação que as instituições desenvolvem, faz-se necessário ampliar o olhar sobre essas temáticas ou dar uma maior visibilidade dentro das metas e estratégias para serem alcançadas no decorrer do ano letivo (DIAS & DE OLIVEIRA, 2015, p. 260).

*Integrar as novas gerações na cultura aceita socialmente* através da educação seria então negar o espaço escolar como locus privilegiado dos direitos humanos e das diversidades, considerando que se vive numa sociedade reprodutora de ideologias heteronormativas, intolerantes e preconceituosas.

A escola precisa funcionar como ferramenta de promoção da equidade social, desmistificando as ideias retrógradas vinculadas à sexualidade e a identidade de gênero, assim como

---

<sup>2</sup> *Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extra. [...] *queer* significa colocar-se contra a normalização (LOURO, 2001, p. 546).



também ligadas à orientação sexual, etnia, cultura e realidade socioeconômica, desfortalecendo os discursos separatistas e discriminatórios.

Desse modo, pensar-se-á na efetivação de uma educação que está aberta a conhecer a sua própria multiplicidade, tornando a escola um espaço de acolhimento das diversidades e aceitando que todos são sim diferentes uns dos outros, mas que há a necessidade de serem respeitados de igual para igual.

## CONCLUSÃO

A finalização da pesquisa revelou, de antemão, que há uma necessidade urgente e emergente em se trabalhar estas *novas questões*, como diversidade sexual e de gênero, nos ambientes escolares, assim como também nos espaços de formação de novos profissionais, no objetivo de alargar o discurso sobre e, do mesmo modo, alavancar a compreensão por parte dos sujeitos que compõem estes espaços acerca destas temáticas, promovendo a conscientização acerca da obrigatoriedade legislativa em respeitar o ser humano em sua diversidade.

O estudo de apropriação da discussão sobre instrumentos de gestão e a abordagem em gênero e sexualidade trouxe importantes reflexões sobre a importância tão atual em aproximar dos espaços de formação o debate acerca destes elementos já tão presentes nestes lugares, mas que, por uma razão ou outra, são negados e marginalizados como se não existissem em sua própria essência.

A análise documental realizada ao Projeto Político Pedagógico da EEEP visitada surpreendeu por ser um documento tão e quase que exclusivamente preocupado em inserir jovens no mercado de trabalho. Não desmerecendo tal objeção, mas reflete-se sobre que tipo de profissional está sendo formado naquele espaço.

Foi possível verificar uma realidade excludente no PPP da instituição citada, que aponta para uma formação tecnicista preocupada com questões trabalhistas e de mercado, não menos importantes, mas que não necessitam de priorização ou exclusividade quando se trata de formação de sujeitos que atuam/atuarão na sociedade em que estão inseridos.

Embora haja a possibilidade do corpo docente ou núcleo gestor trabalhar demais questões, foi concluído que o documento não rege, em nenhuma de suas (poucas) vinte páginas, a necessidade do trabalho com questões acerca dos direitos humanos e da diversidade, justificando, assim, qualquer negação por parte do corpo docente em trabalhar tais aspectos no seio escolar.



Reflete-se ainda sobre quantas outras diversas e inúmeras escolas, locus privilegiado do exercício da construção da cidadania e promoção da igualdade, estão preocupadas apenas com a reprodução de valores socialmente aceitos e com questões capitalistas, como no caso analisado, e acabam por relegar a um segundo plano (ou a plano nenhum) a ampla discussão sobre a diversidade, impossibilitando a mediação de discussões acerca destas temáticas, fundamentais à promoção do respeito e da garantia dos direitos humanos.

Embora seja um desafio para a educação inserir no espaço escolar a discussão destes temas, compreendeu-se que é necessária a inclusão destes no cenário escolar, considerando a necessidade de desenvolvimento de uma educação voltada para a diversidade humana e para a aceitação e respeito às diferenças, desmistificando as relações arcaicas construídas historicamente na sociedade que se apresenta atualmente.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, George. SILVA, Maria Aline da. Educação profissional no estado do Ceará: a dicotomia educativa reformada para empreendedorismo. In: **XII JORNADA DO HISTEDBR. X Seminário de Dezembro. A crise do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira.** Publicado em: 2014. Disponível em: [http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/6/artigo\\_eixo6\\_283\\_1410836237.pdf](http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/6/artigo_eixo6_283_1410836237.pdf). (ISSN 2177-8892 – online). Acesso em: 20 jun 2016.

ARAÚJO, Rubenilson Pereira de. CAMARGO, Flávio Pereira. Gênero e diversidade sexual no currículo escolar: uma abordagem inter e transdisciplinar no ensino e na formação de professores. In: **ENTRELETRAS**. Araguaína/TO, v. 3, n. 1, p. 104-123, jan./jul. 2012 (ISSN 2179-3948 – online). Acesso em: 20 jun 2016.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. In: **Revista Espaço Acadêmico** – n° 123 – Mensal – Agosto de 2011. DOSSIÊ: Homofobia, Sexualidade e Direito – ANO XI – ISSN 1519-6186. Acesso em: 22 jun 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD), 1999.** Rio de Janeiro, IBGE: 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM/PR). Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPP/PR). Brasília: SPM, 2009. ISBN 978-85-89737-11-1.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer as diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988.

CEARÁ, Governo do Estado. Professora Elsa Maria Porto Costa Lima, EEEP. **Projeto Político Pedagógico**. Secretaria Estadual de Educação: SEDUC, 2015.

DIAS, A. F. D. A. DE OLIVEIRA. As abordagens de corpo, gênero e sexualidades no projeto político pedagógico em um colégio estadual de Aracaju, SE. In: **HOLOS**, Ano 31, Vol. 3. ISSN 1807-1600.

FILGUEIRAS, Isabel. **Câmara barra debate sobre diversidade sexual nas escolas**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/06/24/noticiasjornalpolitica,3458882/camara-barra-debate-sobre-diversidade-sexual-nas-escolas.shtml>. Publicado em: 24 jun 2015. Acesso em: 26 jul 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; ROSA-LUXEMBURG-STIFTUNG. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisa-lgbt.pdf>. Publicado em: junho de 2008. Acesso em: 26 jul 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. – São Paulo:Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz et al. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, MEC: 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. In: **ESTUDOS FEMINISTAS**, 2/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 26 jul 2016.